Unidade IV. Depoimentos

Cap. 18 – Depoimento de Arrigo Leonardo Angelini

Dayse de Marie Oliveira
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha
(intvw.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, D.M., and ROCHA, J.C.C. Depoimento de Arrigo Leonardo Angelini. Interviewee: Arrigo Leonardo Angelini. In: JACÓ-VILELA, A.M., and OLIVEIRA, D.M., orgs. *Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 241-259. ISBN 978-85-7511-498-8. Available from: doi: [10.7476/9788575114988.0020](https://doi.org/10.7476/9788575114988.0020). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/27bn3/epub/jaco-9788575114988.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 18

Depoimento de Arrigo Leonardo Angelini

Entrevistadores:

Dayse de Marie Oliveira

Julio Cesar Cruz Collares da Rocha

Dayse: Boa tarde a todos. Muito obrigada pela presença de vocês. Em nome do Clio-Psyché e de nossos colegas, nós agradecemos imensamente a oportunidade de termos o professor Arrigo Leonardo Angelini aqui conosco, na sessão de depoimentos. Agora, convido Júlio Rocha, que vai fazer uma brevíssima apresentação do professor.

Júlio: Boa tarde. Vou fazer a apresentação do Professor Arrigo Leonardo Angelini antes de começar o depoimento dele. Arrigo Leonardo Angelini nasceu no dia 28 de setembro de 1924, no Estado de São Paulo, graduou-se em Pedagogia pela USP em 1944, doutor em Psicologia Educacional em 1953 e Livre-docente em 1954. Dirigiu o Instituto de Psicologia da USP, notabilizando-se nas áreas de psicologia da educação e psicologia transcultural, com mais de cem publicações entre artigos, livros e capítulos publicados em diversos países. Foi membro de diversas associações de psicologia no Brasil e no mundo. Participou de momentos importantes, como na criação da Lei do Psicólogo, e da criação do Sistema Federal de Psicologia e foi o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia. Atualmente, preside a Academia Paulista de Psicologia. É com muita honra que recebemos e, com a palavra, o professor Arrigo Leonardo Angelini.

Arrigo Angelini: Muito obrigado a todos, uma boa tarde. Inicialmente, quero agradecer o convite para participar deste XI Encontro do Clio-Psyché, na palavra da pessoa da Ana Maria Jacó, que é extraordinária presidente e professora da UERJ. Eu fui solicitado a fazer um depoimento sobre a psicologia, notadamente, a sua evolução em São Paulo. Então, eu vou falar da minha po-

sição como professor de psicologia da Universidade de São Paulo, onde ingressei no final da década de 1940, e, por quarenta anos, permaneci nessa Universidade, com apenas duas saídas para o exterior: uma para ser professor visitante da Universidade [Central] de Venezuela, em Caracas; e a outra, como professor visitante da Universidade do Texas, nos Estados Unidos.

Eu vou começar esse depoimento com uma pequena história, uma realização que houve na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. Organizou-se em julho de 2003, portanto há onze anos, um congresso de avaliação psicológica. O Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica resolveu fazer um congresso, e, nesse congresso, a Comissão Organizadora convidou alguns psicólogos considerados pioneiros nesse ramo de avaliação psicológica. Eu fui um dos convidados. Na sessão solene de abertura do congresso estava a professora e psicóloga Eda Marconi Custodio, que é professora da USP e também da Metodista de São Paulo, encarregada de fazer uma saudação à minha pessoa. E ela, então, comentou alguns trabalhos que eu vinha fazendo, que eu tinha feito, sobre avaliação psicológica. E, além disso, ela disse que eu era o psicólogo que recebera o registro número 1 do Conselho Estadual de Psicologia, quando o Conselho começou a registrar os psicólogos. E foi uma homenagem que o Conselho me fez me dando o número 1. Muito bem, depois da sessão solene, quando falaram vários oradores, houve um coquetel de confraternização, e nesse coquetel havia um grupo de estudantes, de moças, do curso local de psicologia, que conversavam animadamente. E uma delas disse: olha, de fato, a psicologia no Brasil é muito recente, porque o psicólogo número 1 ainda é vivo! Pois é, e passaram-se 11 anos e ainda estou vivo, felizmente. Então posso falar um pouco de como foi a psicologia, como se desenvolveu, qual foi a evolução da psicologia, principalmente em São Paulo, onde eu me localizava.

A psicologia no Brasil, não só no Brasil, como também no mundo inteiro, teve seu início com o famoso laboratório de [Wilhelm] Wundt, em Leipzig na Alemanha, em 1879. Portanto, já na segunda parte do século XIX. E, embora antes de Wundt, antes do primeiro laboratório, alguns filósofos e antropologistas já fizessem pesquisa de base experimental em psicologia. Eram sobretudo estudos de psicofisiologia, ou então, como chamavam, de psicofísica, em que se estudavam os órgãos do sentido, tempo de reação, e por aí afora.

No Brasil, a psicologia começou no ensino de psicologia nas escolas normais. Nas tradicionais escolas normais, existentes no estado de São Paulo, e também no estado do Rio de Janeiro – parece que a primeira Escola Normal

foi aqui em Niterói —, primeira escola Normal onde se estudou psicologia, e estas escolas, às vezes, organizavam laboratórios de psicologia, ainda na tradição Wundtiana. A primeira Escola Normal onde se instalou um laboratório, curiosamente, foi num grupo escolar da cidade de Amparo, em 1909. Porém, a principal escola e laboratório foi em São Paulo, na Escola Normal da Praça, que era uma Escola Normal que ficava na Praça da República, por isso tinha esse nome: Escola Normal da Praça. E, nessa escola, foi fundado por Clemente Quaglio, em 1912, um laboratório de psicologia experimental. Para esse laboratório foi convidado um psicólogo italiano de nome Ugo Pizzoli, que chegou ao Brasil em 1913, trazendo consideráveis aparelhos da tradição de Wundt. Aí instalou-se este laboratório, que foi reorganizado posteriormente pelo professor Lourenço Filho, que foi um grande educador, em 1920. E o que se fazia nesse laboratório? Exatamente aquelas pesquisas de senso e percepção, de órgãos do sentido, de antropologia física, e por aí afora.

Outros laboratórios foram depois criados, mesmo aqui no Rio de Janeiro, pelo Lourenço Filho, que se transladou de São Paulo para o Rio, em 1932, e também tivemos laboratórios em outros estados, como em Belo Horizonte, com a Helena Antipoff. E o que se fazia nesses laboratórios? Essas pesquisas. Então a psicologia que era estudada nas escolas normais, além do trabalho teórico de ensino da psicologia, havia preocupação já com a pesquisa. Já naquele momento, naquele momento histórico.

Na primeira metade do século XX, nós vamos verificar que havia três vertentes da psicologia: a vertente da educação, através do ensino nas escolas normais, através da aplicação na educação; a vertente do trabalho, através de instituições do trabalho; e a vertente da clínica, em instituições clínicas que já eram estabelecidas em nosso meio.

Tudo isso acontecia antes da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Curiosamente, a universidade no Brasil foi fundada muito tarde. Só no século XX, nós tivemos universidades, embora houvesse escolas superiores de medicina, de direito, até de agricultura, fundadas no século XIX. Mas não havia ainda a organização de uma universidade, que só ocorreu em 1934, como eu disse. E isso quando se compara, quando se verifica o que aconteceu em outros países da América Latina, é uma coisa impressionante. Porque, desde 1551, já tínhamos a Universidade de San Marcos, no Peru, e tínhamos a Universidade Nacional Autônoma do México. Na Argentina, aqui ao lado, a Universidade de Córdoba foi fundada em 1613, no século XVII. A Universidade de

Buenos Aires é de 1921. A Universidade da Colômbia, em que está nosso companheiro [Rubén] Ardila, só foi fundada em 1867. Então, é por que a educação vai muito mal no Brasil. Porque as universidades só foram fundadas no século XX. Imagine. É verdade que agora existe uma proliferação de universidades no Brasil, fundadas pelo ex-presidente Lula, que fundou universidade em todo canto, agora, que já não existe mais professores habilitados para todas essas instituições. Mas isso já é outro problema.

A fundação da Universidade de São Paulo partiu de um empreendimento do governo do estado de São Paulo, o Armando de Salles Oliveira, apoiado pelo jornalista, pelo jornal O Estado de São Paulo, de Júlio de Mesquita Filho, que tiveram a ideia de criar a Universidade de São Paulo, reunindo as escolas previamente existentes, já fundadas até no século anterior, e criando uma escola nova, que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A intenção dessa faculdade era de ser uma escola de cúpula, uma escola que se dedicasse ao ensino e à pesquisa nas mais variadas ciências, filosofia, ciências e letras – como seu próprio nome indica. Então, o governo do Estado de São Paulo teve a ideia de contratar professores estrangeiros, principalmente franceses, que vieram aqui para iniciar os estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento humano e formar pesquisadores, formar discípulos, e formar aqueles que deveriam continuar o seu trabalho pioneiro. Isso, a partir de 1934, então vieram o que ficou sendo conhecido como a “missão francesa” na Universidade de São Paulo. Vários professores. Professores de renome, muito jovens ainda, mas depois se tornaram ainda mais conhecidos, em todas as áreas, como Roger Bastide na sociologia, Lévi-Strauss, que foi um grande intelectual francês, e eles começaram então os cursos na Faculdade de Filosofia.

A Faculdade de Filosofia criou, na ocasião, 55 cátedras. As cátedras eram ocupadas por um catedrático e uma série de assistentes e instrutores. A cátedra era um cargo que era ocupado por uma única pessoa. Quer dizer, poderia haver apenas um catedrático para cada ramo do conhecimento e, com o objetivo de desenvolver a área, criar continuadores. Foram criadas as 55 cátedras na Faculdade de Filosofia, para dizer que ficou sendo uma espécie de mini-universidade já dentro da universidade. Entre essas 55 cátedras, somente uma de psicologia, que seria destinada ao curso de Filosofia e Ciências Sociais. Posteriormente, uma segunda cátedra foi a de Psicologia Educacional. Como é que ocorreu isso? Havia na Caetano de Campos, na Escola Normal Caetano de Campos, um curso de nível universitário, de educação, um curso destina-

do ao aperfeiçoamento de professores. De nível universitário. No curso, então, lecionavam expoentes de várias disciplinas: Fernando de Azevedo, em Sociologia, e Milton da Silva Rodrigues, em Estatística, Antônio Ferreira Almeida Junior, em Biologia. Então, havia esse curso de nível superior na área de Educação. Esse Instituto de Educação Caetano de Campos ficou sendo uma instituição complementar da própria universidade até 1938. Em 1938, esse instituto foi absorvido pela Universidade de São Paulo, e os professores desse instituto foram transferidos, já na categoria de professores catedráticos, para a Universidade de São Paulo.

E aí, eu queria fazer um parêntese aqui para falar de dois professores, ou duas professoras, melhor dizendo, na área de psicologia que estão ligadas à história da psicologia em São Paulo. Uma é a professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral. Essa professora Annita inicialmente foi aluna de Lourenço Filho. Que depois se transferiu para a Universidade de São Paulo nessa cadeira de psicologia criada. Porém, na Universidade de São Paulo, para começar os estudos de psicologia, foi contratado um professor francês, Étienne Borne, que ficou dois anos aqui, 1934 e 1935. E quem o sucedeu foi outro professor francês, Jean Maugué, que ficou de 1935 a 1944. Eu cheguei a ser aluno desse professor Maugué, não propriamente na área de psicologia, mas na área de história da filosofia, pois ele dava as duas matérias. Depois de Maugué, que ficou até 1944, em 1945, foi contratado o professor Otto Klineberg, conhecido psicólogo da Universidade de Columbia, e que permaneceu em São Paulo durante dois anos. Klineberg deu um impulso muito grande à psicologia em São Paulo. Ele funcionou como um papel de catalisador para reunir as pessoas interessadas em psicologia e em ciências afins. E, no próprio ano de 1945, em que ele começou, conseguiu reunir um grupo de pessoas interessadas em psicologia, e criar uma sociedade de psicologia em São Paulo, que foi a Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945. O primeiro presidente dessa sociedade recém-criada, os que se reuniram para criá-la, que eram os professores de psicologia e psicólogos que trabalhavam em instituição de trabalho, quiseram homenagear a figura de Roberto Mange; Mange foi um engenheiro suíço que se transferiu para o Brasil e se naturalizou brasileiro. Ele era engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, mas era também psicólogo e se dedicava à psicologia industrial. Ele foi um grande estimulador da psicologia industrial em São Paulo, e começou aplicando psicologia para a seleção de trabalhadores no antigo Liceu de Artes e Ofícios e, posteriormente, ele participou da fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI) em São Paulo e também, na mesma época, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, um centro mantido pelas estradas de ferro existentes no país – que, naquele tempo, funcionava, mas, hoje, já não funciona mais –, que reunidas, mantinham o centro para selecionar e formar trabalhadores para as oficinas ferroviárias, além de todo o pessoal das ferrovias, das estações e até dos escritórios. Eu cursava o terceiro ano da Faculdade de Filosofia, em 1945, e fui convidado para participar do serviço de seleção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. E, nesse serviço, nós fazíamos não só a seleção do pessoal para os cursos de oficina, mas também a pesquisa, construindo testes novos, ou então aferindo testes de outras procedências – americana, sobretudo –, e um dos grandes trabalhos que fizemos ali foi a aferição do teste das habilidades primárias de [Louis Leon] Thurstone que, como se sabe, foi o autor da teoria da inteligência dos fatores primários. Então fizemos uma verdadeira aferição desse teste, num tempo em que não havia, evidentemente, computadores, então todos os cálculos estatísticos foram feitos à mão. [pausa] Vamos apressar a história. A professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral sucedeu Otto Klineberg, em 1947, e, até 1968, ela dirigiu a cátedra de Psicologia. Annita Cabral deu um grande impulso à psicologia no Brasil, porque ela era muito preocupada em criar sociedades de psicologia. Ela participou da criação da Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945, e foi até primeira-secretária. Depois foi a presidente da sociedade por duas ou três vezes. Eu também presidi a Sociedade em duas oportunidades. E ela também se preocupava muito em expandir a psicologia nos cursos onde ela aparecia como disciplina apenas, que era o curso de Filosofia e o de Ciências Sociais. Depois, com a vinda do Instituto de Educação para a Universidade de São Paulo, então, a psicologia passou a ser ensinada também no curso de Pedagogia, que foi iniciado em 1938. Então, nós tínhamos duas cátedras: uma para os cursos de Filosofia e Ciências Sociais e outra para os cursos de Pedagogia e para a formação do licenciado, isto é, da pessoa que teria um diploma que lhe daria o direito ao magistério secundário. Então, a professora Annita teve a ideia, além da Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1954, de fundar uma Sociedade Brasileira de Psicologia, cuja admissão o indivíduo deveria ter o título de doutor. Porém, àquela altura, eram poucos os doutores no Brasil. Então, a sociedade não foi para frente porque tinha meia dúzia de doutores, demonstrando que ela teve uma aspiração muito grande para uma realidade que não comportava, mas depois vieram outras sociedades, como a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto etc. Retornando à história da professora Noemy da Silveira Rudolfer, que

foi assistente de Lourenço Filho no Instituto de Educação, quando o Instituto de Educação foi transferido para a Universidade de São Paulo, ela e os demais professores do Curso Superior do Instituto de Educação também foram transferidos. Então, criou-se a seção de Pedagogia da Universidade de São Paulo. Quando eu fazia o terceiro ano do curso de Pedagogia, a professora Noemy me indicou para ser o seu primeiro assistente, e eu então assumi a posição de assistente, lecionando, desde logo, Psicologia da Adolescência e Psicologia da Aprendizagem, e eu participava também das pesquisas que eram realizadas nessa cátedra. É importante indicar que as primeiras pesquisas no Laboratório do Pizzoli eram voltadas para a Antropologia física, a Psicofísica e a Psicofisiologia, depois, as pesquisas passaram a ser aquelas de interesse para a educação: pesquisas com crianças e adolescentes, psicologia de matérias escolares etc. A partir dos primeiros formados por essa nova Universidade, os que passaram a trabalhar nos institutos e nas organizações onde se aplicava a psicologia eram já os formados ou em Pedagogia ou em Filosofia, porque já tinham várias disciplinas de natureza psicológica. Então puderam já ser aproveitados e faziam a sua complementação profissional no próprio ambiente de trabalho. As instituições, como o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional ou as de atividades de ensino de psicologia, não faziam apenas a aplicação dos conhecimentos psicológicos, também faziam pesquisa, porque, às vezes, não tínhamos instrumentos psicológicos nacionais, necessitando pesquisar, criar novos testes ou aferir os testes vindos do exterior. Em 1953, a professora Annita Cabral, que era muito preocupada em desenvolver a psicologia, propôs à Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a criação de um curso de graduação em psicologia, pois não havia até então uma graduação, o que havia eram disciplinas de psicologia em cursos de Filosofia, em cursos de Pedagogia, mas não um curso de graduação da própria psicologia. O processo tramitou por muito tempo, até que foi aprovado na Congregação, até se transformar numa lei estadual no ano de 1957 e, em 1958, começou então a graduação em psicologia. Nessa altura, eu já havia substituído a professora Rudolfer, que se aposentou. Então o cargo de professor catedrático foi colocado em concurso, e eu, que fui assistente da professora, me inscrevi no concurso junto com dois outros candidatos. Fui aprovado em primeiro lugar e assumi a cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia. Nesse curso, que foi proposta de Annita Cabral e que foi criado em 1957, e começou a funcionar em 1958, eu passei a ser o coordenador do curso, no que eu resolvia os problemas de ensino, problemas administrativos etc. A essa altura, por volta de 1958, final da

década de 1950, os que trabalhavam com psicologia em São Paulo, em escolas, como professores, em entidades do trabalho, em entidades clínicas, resolveram que era necessário regulamentar a profissão de psicólogo no Brasil, porque quem trabalhava com psicologia era designado professor, ou assistente técnico, ou psicologista, mas não havia a regulamentação oficial, isto é, uma lei que regulamentasse a profissão de psicólogo. Até que surgiu no Congresso Nacional um projeto de lei que recebeu o parecer de um deputado chamado Lauro Cruz, que começou a discussão sobre como seria a regulamentação. O que se discutia então? Discutia-se desde o nome do profissional, se seria psicotécnico ou seria psicólogo. Qual seria a designação do profissional? Discutia-se também, no projeto, a função do psicólogo. Qual seria a função do psicólogo? O que o psicólogo poderia fazer? Isso criou uma dificuldade com a área médica, porque já se fazia psicologia clínica, já se fazia psicoterapia, porém os médicos achavam que esses eram termos médicos, que o psicólogo poderia fazer, mas sob a supervisão do médico. Daí criou-se um impasse, e o projeto não ia para frente. Até que o grupo de São Paulo resolveu fazer o seguinte: vamos fazer uma proposta para ver se passa essa lei que cria a profissão de psicólogo. Se notarem o texto da lei agora, vão verificar que entre as funções do psicólogo não está a função de clínica ou de psicoterapia, não existem as palavras “psicoterapia” ou “psicologia clínica”. Por quê? Porque nós resolvemos substituir essas palavras por “uso de métodos e técnicas psicológicas para solução de problemas de ajustamento”. Então, com essa expressão, ficou subentendido que poderia ser feita a psicologia clínica, e, com essa solução, foi possível aprovar o projeto de lei que recebeu o parecer de um médico, que era deputado no Congresso Nacional. Então, em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a lei no Congresso e, depois, submetida ao presidente da república que sancionou a lei em 27 de agosto de 1962, sem as expressões “clínica” e “psicoterapia”. Hoje, os estudantes de psicologia perguntam: Por que a lei não fala que o psicólogo pode fazer psicoterapia? E não fala. Ela fala que pode usar métodos e técnicas psicológicas para solução de problemas de ajustamento, o que é a mesma coisa. [pausa] Agora eu queria falar da importância da Sociedade Interamericana de Psicologia para o desenvolvimento da psicologia na América Latina e no Brasil. Em 1951, um grupo de psicólogos e psiquiatras que compareceu ao quarto Congresso Internacional de Higiene Mental no México se reuniu e resolveu propor uma Sociedade Interamericana de Psicologia, e essa sociedade, entre outras coisas, faria os congressos interamericanos, e o primeiro congresso foi feito na República Dominicana dois anos depois, em 1953, e essa sociedade desempenhou e vem de-

sempenhando um papel importantíssimo para o conagraçamento dos psicólogos da América Latina, principalmente, mas com a participação também dos norte-americanos e dos canadenses. Ela teve, e está tendo, uma importância muito grande para o desenvolvimento da psicologia na América Latina. Naquela ocasião, era mais fácil os psicólogos latino-americanos se comunicarem com os Estados Unidos ou com a Europa do que uns com os outros na América Latina, porque as comunicações eram muito precárias, e a própria sociedade, no começo, sofreu desse problema, isto é, não havia, nos primeiros anos, o correio eletrônico, a correspondência era muito precária, e organizar um congresso na América Latina era muito difícil, pois não havia computador, não havia celular, não havia coisa nenhuma. Logo, era muito difícil o conagraçamento dos psicólogos latino-americanos, mas, mesmo assim, eu presenciei os primeiros 17 congressos interamericanos, que foram realizados entre 1953 e 1979, e, de lá para cá, já aconteceram outros 17 congressos, totalizando 34 congressos interamericanos, e o próximo será na cidade de Lima, em 2015. Eu acredito que essa sociedade realmente criou condições para o desenvolvimento da psicologia na América Latina.

Júlio: Professor, como foi a campanha para criação do sistema do Conselho de Psicologia e qual foi a sua participação nessa tarefa?

Arrigo Angelini: Depois da lei 4.119/27, de agosto de 1962, havia necessidade de uma nova lei que criasse os conselhos: o conselho federal e os conselhos regionais de psicologia. O que são os conselhos? São os órgãos que orientam e fiscalizam a profissão e estabelecem o código de ética da profissão. Nós tínhamos a profissão aprovada, mas não tínhamos os conselhos onde os psicólogos deveriam, como ainda devem, se registrar. Então, além da campanha que fizemos para que fosse criada a profissão, agora a campanha era para que fossem criados os conselhos, e isso só ocorreu nove anos depois da lei, em 1971. Mas criados os conselhos por lei, eles não eram instalados, não eram organizados, porque a instalação dependia de uma providência do Ministério do Trabalho, e o Ministério do Trabalho não tomava providência. Então, nós fizemos várias reuniões, uma campanha enorme entre as sociedades de psicologia existentes na época para pressionar o Ministério do Trabalho para que convocasse os psicólogos para estabelecer os conselhos. Isso só foi possível em 1973, que o ministro do trabalho, que chamava Julio Barata, convocou as sociedades de psicologia existentes para que, reunidos, votassem um primeiro Con-

selho Federal de Psicologia, Conselho Federal esse que depois deveria criar os Conselhos Regionais. Isso ocorreu no dia 27 de dezembro de 1973, numa reunião em Brasília, no Ministério do Trabalho. Lá foram aprovados os primeiros conselheiros e eu tive a honra de ser o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, e, já no ano seguinte, em 1974, eu instalava os oito primeiros Conselhos Regionais, que são os órgãos onde o psicólogo formado em Psicologia tem que se registrar para poder exercer a profissão de psicólogo. Então, essa é a história, a campanha que fizemos para criar e regulamentar a profissão de psicólogo no Brasil.

Júlio: Ok, professor. E, sobre a reforma do estatuto da USP em 1970, foi criado o Instituto de Psicologia. Como é que foi essa criação do Instituto? O que aconteceu com o Instituto a partir daí?

Arrigo Angelini: Agora eu vou me referir a uma outra campanha. Eu, professor da Universidade de São Paulo de Psicologia, de uma disciplina do curso de Pedagogia, ocorreu o seguinte: no ano de 1968, ocorreu na França um movimento estudantil cuja intenção era a democratização nas universidades. Os estudantes queriam participar ativamente dos destinos e das decisões da universidade. Esse movimento estudantil da França teve uma repercussão aqui no Brasil, e, em São Paulo, que os estudantes queriam participar de todas as decisões da universidade. A universidade tinha seus professores, tinha sua congregação, tinha o conselho universitário composto de professores catedráticos da universidade, mas os estudantes não tinham voz, não tinham participação nos destinos da universidade, e eles exigiam essa participação. Esse movimento estudantil teve um mérito que a própria universidade resolveu fazer uma reforma na USP para atualizar alguma coisa e para incluir a representação estudantil nos diversos colegiados da universidade, não só estudantil, mas também dos funcionários da universidade. Isso, em 1969. Durante o ano todo houve reuniões do conselho universitário em que se discutia esse assunto, mas discutia-se também uma divisão daquela famosa faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em vários institutos porque aquela faculdade começou a sofrer um problema de gigantismo. Imagina uma escola que deve cuidar da Filosofia, de todas as Ciências, de todas as Letras, da Educação, da Sociologia, das Ciências Humanas, das Ciências Naturais, então era uma verdadeira universidade, só não tinham as escolas profissionais de Engenharia, Medicina e de Direito, o resto

estava tudo na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Então, criou-se um gigantismo da escola. Aí, nessa reforma, foram propostas novas unidades da universidade: Instituto de Física, uma nova unidade; Instituto de Química, uma nova unidade; Instituto de Matemática, uma nova unidade; Instituto de Biologia; e assim por diante. E, aí, eu pensei: “por que não um Instituto de Psicologia? Por que não?”. E eu fiz uma proposta. Aí, chegou o problema. No Conselho Universitário, evidentemente não havia nenhum professor de psicologia, mas discutia-se se deveria haver esse Instituto de Psicologia. Então, houve uma resistência no Conselho Universitário. Diziam: “não, mas começa a criar tanto instituto, cada disciplina quer um instituto, quer uma escola, como é possível? Ah, vamos colocar a Psicologia na Faculdade de Educação”. Aí, eu dizia: “Não, a Psicologia não é só Psicologia Educacional. Tem Psicologia Clínica, tem a Psicologia Experimental, tem a Psicologia Social”. “Ah, bom, tem a Experimental, então vamos colocá-la no Instituto de Biologia”. Eu digo: “Não, a Psicologia não é só uma ciência biológica, ela também é uma ciência social”. Bom, e, com essa discussão toda, quando o Conselho foi decidir se deveria haver o Instituto de Psicologia, que eu havia proposto sem pertencer ao conselho, eu propus de fora. Houve uma votação e havia 25 professores presentes, e nós ganhamos por um voto: 13 a 12. Por um voto foi criado o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que hoje é uma referência como escola de psicologia, que eu instalei, fui o primeiro diretor e fui duas outras vezes diretor. O Instituto tem uma repercussão internacional especialmente pela sua biblioteca, nós temos talvez a melhor biblioteca. Não sei como andam as bibliotecas daqui, mas é considerada a melhor biblioteca do Brasil em psicologia e uma referência também para as bibliotecas de psicologia das universidades latino-americanas, de modo que, pela repercussão que tem todos os seus trabalhos, participações em congressos etc. E aí é que nós tivemos essa solução que você solicita.

Júlio: Professor, no Instituto de Psicologia criado, houve um incidente no qual o professor teve que acolher a professora Annita Cabral na sua cátedra. O professor poderia falar sobre isso?

Arrigo Angelini: A professora Annita Cabral, a quem me referi há pouco, que tinha grande entusiasmo de criar cursos de psicologia, ela criou um curso de Psicologia Clínica e quis criar a Sociedade Brasileira de Psicologia etc. Ela

tinha uma particularidade, porque, em 1974, ela fez um doutoramento e, na Universidade de São Paulo, nós temos cinco categorias de professores. Nós temos o professor auxiliar de ensino, o mestre, o doutor, o adjunto e o catedrático. São posições que a pessoa alcança mediante concurso. Então, você entra, faz o seu doutorado. Muito bem, depois do doutorado, tem que fazer um novo concurso de títulos e provas e tese para ser livre docente. E, depois, do livre docente para adjunto, ele tem que fazer um novo concurso. Aí não é de provas, é só de títulos e, depois, de adjunto para catedrático, tem que fazer um concurso de cinco provas: prova prática, prova oral, prova escrita, uma aula e uma tese e prova de títulos. E a professora Annita não fazia essa carreira. É o que se esperava de um professor universitário: que progredisse na carreira, não ficasse só como doutor ali parado como mestre. E ela tinha essa dificuldade e não se inscrevia. E os seus assistentes, era uma cátedra, tinham vários assistentes. E os assistentes também ficavam limitados porque o assistente também fazia o doutorado e, depois, se fizesse a livre docência, ele tomava o lugar da professora. Ele teria o título maior que a professora. Chegou a um ponto em que os assistentes começaram a criticar a professora porque não permitia o acesso à carreira, e ela começou a ter um ambiente desfavorável no seu departamento. Até que os assistentes pediram que ela se desligasse, porque era professora contratada para reger a cátedra, não era catedrática, e era um contrato de três anos. A cada três anos precisava renovar o contrato, e era uma dificuldade para renovar o contrato porque ela não fazia o concurso e não tinha outros títulos etc. Então, chegou a um ponto em que os assistentes pediram que ela se desligasse do departamento dela, e eu, vendo essa situação, a convidei para passar para o meu departamento como assistente. Ela passou, trabalhou um certo tempo e, depois, se aposentou e, após algum tempo, se tornou professora de uma universidade particular.

Ana Maria Jacó-Vilela: Professor Arrigo, é um prazer imenso ter o senhor aqui conosco, essa memória fantástica que é a própria psicologia viva, pulsante e entusiasmada. Eu queria pegar o primeiro gancho dessa pergunta do Júlio [Rocha] e falar da Dona Annita Cabral, que também é uma figura fantástica, um grande personagem da nossa história e queria que o senhor fosse um pouco mais preciso. Pelo que eu sei, não foram “os” assistentes da dona Annita que pediram que ela saísse, foram “alguns” assistentes. Alguns assistentes queriam

que ela saísse, alguns gostariam que ela continuasse. É isso? O senhor sabe dizer quem queria que ela saísse e quem queria que ela ficasse?

Arrigo Angelini: Bem, eu não posso saber exatamente o que acontecia dentro do departamento, mas o que transpirava era isso. Aconteceu o seguinte, foi até um problema de desenvolvimento de área da Psicologia porque a Annita era de psicologia social, e ela até fez um estágio nos EUA, filiou-se ao gestaltismo, sua tese era da Gestalt, e o departamento se desenvolveu muito na parte experimental. Porque, em 1961, a Universidade contratou o professor americano Fred Keller, que foi aluno de [Burrhus Frederic] Skinner. Fred Keller foi para o departamento de Psicologia e também carregou consigo vários alunos que fizeram cursos nos EUA nessa área. Então, essa área tomou um impulso muito grande, e a social ficou com a Annita e mais algum ou outro assistente. Naturalmente havia os que apoiavam a Annita e havia os que queriam que ela saísse, ela não progredia na carreira.

Ana Maria: Tinha também o problema de abordagem teórica, talvez.

Arrigo Angelini: Também.

Ana Maria: E também tem uma história que os alunos chegaram a pedir o afastamento dela. O senhor sabe sobre isso?

Arrigo Angelini: Não sei se os alunos ou os assistentes. É provável. Diga-se de passagem, a professora Annita, com tudo que ela contribuiu para a psicologia, era uma pessoa de difícil trato. Então, ela se “abespinhava” com qualquer coisa. Quando a gente ia conversar com ela, precisava sempre estar com o pé atrás. Tem uma história que eu acho que é folclórica. Vou contar essa. No curso de Filosofia, tinha um professor, o João Cruz Costa, que ele era muito crítico, era muito gozador. Gostava de fazer pilhéria com tudo. Numa dessas oportunidades em que a Annita viria a ser recontratada ou não e tal na congregação da faculdade, ele teria feito qualquer brincadeira com ela, que ela na reunião seguinte da congregação disse que foi armada com um revólver, dizendo que se ele fizesse mais uma brincadeira com ela, ela ia passar fogo no Cruz Costa.

Ana Maria: Por isso que era Dona Annita. Professor Arrigo, eu tenho mais uma pergunta para fazer para o senhor. O senhor, que foi do Conselho

Federal de Psicologia, sabe que a gente passou 17 anos com um determinado grupo político dirigindo o Conselho Federal de Psicologia. E esse grupo veiculou uma notícia que fez, digamos, os corações e mentes dos psicólogos, de que o Conselho Federal de Psicologia, na década de 1970, teria dado o título de psicólogo aos presidentes ditadores, ao General Médici e, quem sabe, também ao General Geisel, ao que se diz, como agradecimento à Lei 4.119, que eu acho bem esquisito, porque a lei foi lá do tempo de João Goulart. Fico pensando que deve ter sido mais pela questão da regulamentação dos conselhos. Ao mesmo tempo, a gente andou procurando algum documento que comprovasse isso e até hoje não obtivemos nenhum documento. O senhor sabe alguma coisa a respeito?

Arrigo Angelini: Não, não tenho ideia. Se houve essa ideia, se houve essa decisão do Conselho, teria sido numa diretoria após a minha.

Ana Maria: Sim, com certeza. Depois.

Arrigo Angelini: Aí eu não tenho conhecimento. Uma coisa, que até eu já falei com o Júlio [Rocha], o Conselho Federal de Psicologia foi instaurado, foi aprovado em plena ditadura militar. Então as pessoas me perguntavam, às vezes, se o Conselho tinha sido instalado para atender às exigências do governo militar. Se teria alguma influência do governo militar na organização e no funcionamento do Conselho. Eu devo dizer que, absolutamente, não houve coisa nenhuma. Pelo menos como primeiro presidente, na primeira gestão, nós trabalhamos com inteira independência, sem qualquer pressão política, sem qualquer outra influência da ditadura sobre o funcionamento do Conselho. Porque nós estávamos muito preocupados em organizar o Conselho, em funcionar, em fazer o código de ética, em tocar para frente. Não com política e, diga-se de passagem, na primeira diretoria do Conselho havia um deputado federal, que era o Clóvis Stenzel, e ele comparecia, mas nunca falou nada sobre política, sobre influência política, nem fiquei sabendo qual era a posição dele politicamente, porque nós só discutíamos problemas da profissão.

Ana Maria: Tem uma outra história também que esse grupo político da psicologia veicula que o decreto-lei que cria os conselhos só foi possível porque a Amália Lucy, filha do Geisel, teria pedido ao Geisel. Mas, enfim...

Arrigo Angelini: Mas só foi possível o quê?

Ana Maria: Só foi possível porque a Amália Lucy, filha do Geisel, teria solicitado ao pai que assinasse o decreto.

Arrigo Angelini: Não, mas quem assinou o dos Conselhos foi o Médici, não foi o Geisel.

Ana Maria: É, eu sei. Eu estou falando isso em público para veicular, inclusive, como as informações são colocadas.

Hugo Klappenbach: Muito agradecido por seu depoimento. Tenho muitas perguntas, mas farei duas: uma é que você mencionou, e nós recordávamos o seu trabalho sobre o papel da SIP no desenvolvimento da psicologia na América Latina, reeditado por Ana Jacó faz alguns anos, e então a pergunta é se você conheceu Eduardo Krapf, primeiro presidente da SIP, e o que se lembra dele. E, em segundo lugar, tenho ideia que você esteve em algum momento em contato, se não mesmo pessoalmente, com Plácido Horas, e recorda algo que pode comentar agora?

Arrigo Angelini: Plácido Horas participou muito dos congressos interamericanos e, também na Argentina, nós tivemos participação muito assídua e frequente do nosso amigo Ardila, Rubén Ardila, da Colômbia, Geraldo Amorim, da Argentina, Horácio Rimondi, Nuria Cortada de Kohan, que faleceu recentemente... A sociedade foi realmente um estímulo muito grande para a congregação de profissionais da América Latina. É um trabalho excelente.

Helio Carpintero: Sou Helio Carpintero. Professor Angelini, você foi uma pessoa fundamental na psicologia do Brasil, então eu gostaria de saber...

Arrigo Angelini: Como eu trabalhei em psicologia educacional, a preocupação era a aplicação da psicologia à educação. Não somente a aplicação da

psicologia da educação, mas a realização de pesquisas dentro da própria psicologia educacional. Então, a pesquisa que fosse de interesse para a educação, eu participava. Por outro lado, é curioso também saber que a escola constitui o laboratório também do psicólogo geral. Até conta-se, como uma espécie de piada, que a psicologia americana não é uma psicologia universal, é uma psicologia do estudante de *college*, porque os sujeitos da pesquisa psicológica geralmente são alunos dos professores de *college*, então esta não é uma psicologia universal, nem americana é, porque é do estudante de *college*. Aí é que vem a história, que essa manhã também se discutiu aqui, da pesquisa intercultural. Quer dizer, a partir de meados do século passado, em 1960, os psicólogos começaram a perceber que estavam fazendo uma psicologia etnocêntrica, centrada numa cultura, e que os conceitos psicológicos precisavam ser pesquisados universalmente. Será que os conceitos da psicanálise funcionam em todas as culturas? Será que as etapas de [Jean] Piaget funcionam em todas as culturas? Ou há uma diferença de cultura para cultura? Então, criou-se uma nova dimensão na pesquisa psicológica, que é a dimensão cultural. Então, não basta selecionar um grupo de sujeitos e dizer “bom, chegamos à seguinte conclusão e temos o seguinte resultado e os seguintes conceitos”. Esses conceitos são válidos em outras culturas? Nós temos uma psicologia universal? Conceitos que sejam válidos para todos ou conceitos que variam conforme a cultura? Eu trabalhei o meu final de carreira muito em psicologia intercultural e mostrei exatamente esse problema. Aliás, está no livro [Memória da psicologia, Ed. Vetor] o artigo sobre esse assunto.

Helio Carpintero: Uma segunda pergunta, em seguida termino. Muitos psicólogos acreditam que o psicólogo aplicado é de segunda classe e o psicólogo teórico, investigador, é de primeira. O que você crê?

Arrigo Angelini: Falando pelo Brasil, chegou-se a pensar, quando se regulamentou a profissão aqui, que deveria haver o psicólogo, e o auxiliar de psicólogo seria outra profissão. Mas, isso não prosperou. Realmente, eu acho que o auxiliar de psicólogo seria aquele que aplicaria testes etc., e o psicólogo seria o teórico, o grande sistematizador etc. Eu não sei se é possível fazer essa diferença. Eu acho que as duas coisas se completam. Essa é a minha posição.

Helio Carpintero: A última pergunta. Você sabe que muitos de nossos colegas dizem que a psicologia se ocupa demasiadamente das enfermidades e se esquece de fazer o homem feliz. É a psicologia positiva. O que você diz disso?

Arrigo Angelini: No trabalho que eu fiz para o livro de Ardila, *A psicologia do futuro*, eu abordo esse problema ligeiramente, que é importante, porque geralmente o psicólogo trata só de enfermidades, só de quem vai mal. É preciso ter uma psicologia positiva daquilo que vai bem. Realmente, essa é uma preocupação que é procedente. Eu acho que devemos fazer uma psicologia também positiva, não só a negativa, de doenças, dificuldades, desajustamentos e problemas etc. É isso aí. Obrigado.

Pergunta (não identificado): O senhor citou o Roberto Mange. Gostaria que o senhor me corrigisse se eu estiver errado. Eu sei que o Mange esteve na Alemanha um pouco antes da guerra. Ele foi se atualizar em relação a testes justamente para aplicá-los no Liceu São Paulo, para seleção de alunos para o ensino profissional, e também na questão da companhia ferroviária. E a abordagem dele era de testes alemães, mas, depois da guerra, parece que ele muda um pouco a orientação. O senhor concorda com isso ou essa questão de ser ou não ser alemão não foi muito importante?

Arrigo Angelini: Bom, o Mange estudou na Alemanha, Psicologia Industrial, e também em Portugal. Depois, radicado no Brasil, ele colaborou para a introdução da psicologia. Naquele tempo dava-se muita valorização aos testes, à psicomетria. Usavam-se muitos testes e depois passou-se a criticar um pouco o uso e o abuso do teste psicológico. Eu não saberia dizer se ele mudou de orientação, porque, no final, ele era o presidente, o diretor do SENAI. O SENAI tinha todo um departamento de testes e estudos psicológicos etc., no qual eu trabalhei. Então, a gente não tinha uma orientação direta do presidente, que era o Mange.

Júlio: Professor, a gente tá acabando. Eu queria somente perguntar sobre o encontro de formação em psicologia que aconteceu em Bogotá em 1974. Como foi esse encontro? Foi o professor Aroldo Rodrigues, [foi] o professor [Franco Lo Presti] Seminero representando o Brasil...

Arrigo Angelini: Bogotá, em 1974, foi organizado pelo nosso amigo Rubén Ardila. Realmente, na evolução dos congressos de psicologia, novos temas começaram a ser discutidos e uma das coisas importantes, que começou em um congresso anterior, mas que se acentuou muito no congresso de Bogotá, foi o problema da formação do psicólogo. E Ardila organizou um livro sobre a profissão de psicólogo [La Profesión del Psicólogo. México: Trillas], no qual eu tenho uma contribuição também. E acontece que, no começo, os primeiros congressos interamericanos eram assistidos só por psicólogos. O estudante não comparecia. A partir de certo momento, começaram a ter a presença de estudantes. O de Panamá já teve vários estudantes. O de São Paulo foi o que, em 1973, nós tínhamos 2.500 estudantes que participavam do congresso como observadores. Os psicólogos, os professores faziam suas comunicações, os seus relatos, e os assistentes assistiam. Eram 2.500 estudantes de psicologia para 1.000 psicólogos que compareceram ao congresso de São Paulo. Realmente, houve essa evolução nos temas, e começou a surgir o problema da formação do profissional. O Brasil, com essa lei de 1962, foi o primeiro país a ter a profissão reconhecida por lei. Foi o primeiro país da América Latina. Em uma conferência que eu estive em [Mandelieu-]la-Napoule, em 1962, estavam presentes 21 países. A conferência de La-Napoule [foi] organizada pela Associação Americana de Psicologia (APA). Uma conferência, em 1962, com 21 países representados. Eu representava o Brasil e tinha países da Ásia, da África, os EUA, o Canadá etc. E, entre todos os países presentes, somente o Brasil tinha a lei que reconhecia a profissão de psicólogo. Havia alguma coisa nesse sentido nos EUA, onde três ou quatro estados dos EUA tinham uma espécie de registro estadual. O Egito também exigia que o psicólogo clínico tivesse uma aprovação do ministério da saúde. No mais, nenhum outro país tinha. No entanto, naquela época, muitos países já diziam “nós estamos pensando em organizar”. Agora, o que existia nesses países para reconhecer uma pessoa como psicólogo? Não havia lei, o que havia eram sociedades. Então, se o indivíduo era admitido numa sociedade de psicologia, cuja admissão era muito difícil, porque eles exigiam títulos muito importantes, ele era reconhecido como psicólogo. Mas não havia uma lei oficial, digamos.

Dayse: Então, realmente, nós precisamos encerrar. Eu gostaria de agradecer muitíssimo a presença do professor Arrigo, e gostaria que ele pudesse nos falar umas últimas intervenções, infelizmente.

Arrigo Angelini: Só me resta agradecer a presença de todos, este convite para falar da psicologia em São Paulo. Fico muito honrado em ter aqui nessa audiência pessoas como o atual presidente da SIP, como o [Rubén] Ardila, que é um grande autor em psicologia, tem uma vasta bibliografia em psicologia. O nosso amigo Carpintero...

Helio Carpintero: Eu gostaria de dizer mais algumas palavras... Quando eu era um estudante de psicologia, a psicologia do Brasil era Arrigo Angelini e ninguém mais que Angelini. O doutor Angelini foi presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia, dirigiu o instituto de pesquisas, estava em congressos internacionais. Era como se o Brasil tivesse apenas uma única voz e uma só pessoa. Me alegra muito como cresceu a psicologia do Brasil, e como devemos todos ao doutor Angelini. Eu me lembro, quando eu estive como estudante no Congresso de São Paulo, que você organizou em 1973, nos levou em sua casa, conhecemos sua família, e, quando foi o Congresso Interamericano de Psicologia de 1974, em Bogotá, com mais esforços e mais coisas... assim, que a psicologia da América Latina, mundial e do Brasil devem muito a Angelini. E estou muito feliz de estar nesta homenagem muito merecida. Assim, peço aplausos.